ATA DA 64ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 5 DE DEZEMBRO DE 2018.

PRESIDENTE: VEREADOR LEO PRATES

1º SECRETÁRIO: VEREADOR FELIPE LUCAS (*ad hoc*)

2º SECRETÁRIO: VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, FELIPE LUCAS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LEO PRATES, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROGÉRIA SANTOS, SABÁ, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TOINHO CAROLINO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 415/18 do Gabinete do Prefeito devolvendo o autógrafo do Projeto de Lei n. 307/18, o qual, sancionado, constituiu-se na Lei n. 9.383/18; Mensagem Aditiva à Mensagem n. 12/18 do Executivo Municipal, encaminhando o Substitutivo ao Projeto de Lei n. 273/18; Mensagem n. 17/18 do Executivo Municipal, encaminhando o Projeto de Lei n. 312/18; Projetos de Lei n.s 311/18 do vereador Cezar Leite, 313/18 do vereador Alexandre Aleluia, 314/18 do vereador Moisés Rocha e 315/18 do vereador Alexandre Aleluia;

Projeto de Resolução n. 93/18 do vereador Toinho Carolino; Requerimentos n.s 173 e 174/18 do vereador Luiz Carlos Suíca e 175 e 176/18 do vereador Paulo Câmara; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 67/18 do vereador Duda Sanches, 68/18 da vereadora Aladilce Souza, 69/18 do vereador Toinho Carolino, 70/18 do vereador Alexandre Aleluia e 71/18 do vereador Ricardo Almeida; Moção n. 136/18 do vereador Sabá; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Marcelle Moraes (27 de novembro) e Paulo Câmara (28 de novembro). Foi ainda promulgada a Resolução n. 2.729/18. O senhor presidente lembrou acordo para que se fizesse uma "Superquarta" sobre o Fundo Municipal de Mobilidade Urbana (FMMU). Lembrou ainda a vinda, nesta tarde, a convite da Casa, dos secretários municipais da Fazenda e de Desenvolvimento Urbano, para tratar sobre o Projeto de alterações no Código Tributário. Informou que os presidentes das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Paulo Magalhães Júnior, e de Finanças e Orçamento, Tiago Correia, marcaram reunião extraordinária conjunta dessas Comissões, no dia seguinte, às 9h. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza expressou discordância sobre essa reunião, observando que teriam reunião ordinária nesta tarde e explicando que ela e outros teriam compromissos inadiáveis no horário da reunião extraordinária. O senhor presidente expressou compreensão, mas sublinhou que a reunião extraordinária tinha base regimental. Dando início à **Superquarta**, o vereador Hélio Ferreira chamou atenção para os problemas da Península de Itapagipe, cujos moradores sofriam com o acúmulo de água. Sobre o FMMU, disse que ele já existia em outras capitais e que foi objeto de Projeto de Indicação seu, mas ponderou que o modelo atualmente proposto diferia do que elaborou, não contendo gratuidade nos transportes para os que não podem pagar. Deu exemplos de questões que, no seu entender, poderiam ser corrigidas pelo Fundo, como a idade mínima para a gratuidade dos idosos. Mencionou itens como ar-condicionado nos ônibus e tratou sobre a implantação de Conselho, opinando que ele deveria ser participativo.

Informou que faria emendas para promover as correções que julgava necessárias e defendeu a renovação da frota. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal conclamou os colegas a comparecerem ao encontro com os secretários convidados. O senhor presidente lembrou seu pedido anterior para que um Parecer da Comissão de Educação só fosse dado após certo momento, e pediu que se adiantasse a sua elaboração, evitando-se que ele fosse dado em Plenário. Dando seguimento à Superquarta, o vereador Orlando Palhinha elogiou a atuação do vereador Hélio Ferreira, como presidente da Comissão de Transportes, no andamento sobre o Projeto em debate. Expôs sobre o uso das receitas do FMMU, que seriam obtidas, inclusive, por outorga onerosa, explicando que isso se daria dentro da legalidade e que se assinalaria a responsabilidade da gestão municipal com os transportes. Elogiou membros do Secretariado municipal e disse que a Casa daria sua contribuição para melhorar os transportes. Disse que o FMMU poderia dar condições para o uso social dos transportes, como previa Projeto de Indicação seu. O senhor presidente reiterou a importância de os edis prestigiarem a vinda dos secretários. A vereadora Marta Rodrigues rejeitou referência feita à bancada de Oposição, tratando-a como se não tivesse responsabilidade, e destacou o trabalho que realizavam, explicando que, se rejeitavam um projeto, era por ele não atender à população. Sobre o Projeto do FMMU, registrou que sua bancada formulou emendas, as quais foram rejeitadas, o que levava a bancada ao voto contrário ao Projeto. Disse ter buscado informações sobre o Conselho de Transporte e não ter recebido garantia de participação popular, razão para sua indignação com o Projeto. Criticou a outorga onerosa usada como fonte de receita, dizendo que esse instrumento deveria servir a outra finalidade. Criticou o não-funcionamento de instrumentos como multa para as empresas de transportes e comentou sobre a retirada de linhas não-lucrativas. Defendeu o subsídio para alguns segmentos da sociedade. O senhor presidente parabenizou a vereadora Aladilce Souza por adotar, sobre os profissionais da Saúde estaduais, a mesma postura que teve sobre os profissionais municipais. O vereador Ricardo Almeida

rejeitou a "demonização" do empresariado, afirmando que esse segmento promovia emprego e renda, além de pagar os tributos com cuja receita se realizavam as ações públicas. Disse ter trabalhado em banco, com pessoas jurídicas, e ter conhecido as dificuldades por que passam alguns empresários, e afirmou que eles não poderiam ter prejuízo. Elogiou o FMMU, observando que ele existia em outras cidades. Em aparte, o vereador Carlos Muniz disse concordar que os empresários não tivessem prejuízo e esclareceu que era contrário, apenas, à ganância que via nos empresários de transportes, os quais acusou de descumprirem regras. O vereador Ricardo Almeida lembrou que a chegada do Metrô esvaziou linhas de ônibus, trazendo prejuízo aos empresários. Em aparte, o vereador Cezar Leite comentou sobre a regulação de preços e disse que, em circunstâncias nas quais as linhas se reduziam, os empresários tinham prejuízos. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza elogiou o debate e ponderou se era mais importante proteger os empresários ou os potenciais beneficiários da tarifa social, como os estudantes de escolas públicas e os desempregados. O orador sugeriu que a tarifa social fosse aplicada no Metrô, pelo Governo do Estado. Nos **Registros**, o vereador Odiosvaldo Vigas, sobre o FMMU, apontou semelhanças com um Projeto seu, pelo qual, os gestores municipais de Saúde, de Educação e outros, responsáveis por Fundos Nacionais, seriam sabatinados. O senhor presidente registrou a presença de "dois presidentes" na Mesa, ele e o presidente eleito Geraldo Júnior. A vereadora Aladilce Souza lamentou que o debate sobre transportes fosse feito ao final do ano legislativo. Disse que não se propiciavam discussões sobre elementos importantes e que se tentava, com o Projeto do FMMU, ajudar o empresariado, sobre o qual, esclareceu que não havia "demonização", destacando sua importância e explicando que apenas desejava uma boa regulamentação. Criticou a licitação dos transportes e defendeu que o Fundo fosse gerido com controle social, e não, por gestores públicos apenas. Defendeu ainda a tarifa social. A vereadora Marta Rodrigues destacou a importância da Superquarta sobre o FMMU, inclusive para que os que

acompanham os trabalhos pela TV e pelo rádio pudessem ter uma dimensão exata sobre o Projeto, sobre cuja construção ponderou, lamentando a rejeição das emendas da Oposição e do Governo. Comentou sobre as receitas do Fundo, mencionando doações e contribuições, e também receitas oriundas de contratos e convênios de qualquer pessoa pública ou jurídica, incluindo-se multas contratuais com concessionárias, bem como rendimentos integrais resultantes de aplicações financeiras realizadas pelo próprio FMMU. Considerou ser um Projeto polêmico, que precisaria de mais tempo para ser debatido. O vereador Sílvio Humberto convidou para reunião aberta da Comissão de Cultura no dia seguinte, às 9h, no Centro de Cultura. Criticou a visão estreita sobre a cultura que a reduzia à Lei Rouanet, em vez de tratá-la como eixo estruturante. Criticou ainda que ela fosse tratada em pasta conjunta com outras áreas de gestão. Elogiou o evento Heróis da Resistência, de disputa entre mestres-de-cerimônia (MCs), e defendeu esse tipo de inciativa para a juventude negra. Pela ordem, o vereador Odiosvaldo Vigas parabenizou a fala do vereador Sílvio Humberto, criticando pessoa que se referiu, depreciativamente, à "cultura do berimbau". O vereador Cezar Leite declarou sua indignação com o que viu em visita à Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), afirmando que sindicatos e servidores apoiavam o Governo do Estado, enquanto o acesso ao público era bloqueado. Apelou para que o Governo repensasse sua postura com os servidores. Lembrou que há muito já tratava de problemas do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (Planserv), e disse que, no momento, haveria alterações no Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Publicos Estaduais (Funserv), que o financia. Explicou que a falta de reajustes nos últimos anos causou uma perda de 21% no valor real do salário dos servidores, o que afirmou ser inconstitucional. O vereador Luiz Carlos de Souza contou sobre reunião, na Secretaria Municipal de Educação, solicitada pela Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira e da Juventude, para tratar da Lei Municipal de inserção da Capoeira nas escolas, a qual lutava para implementar. Explicou que a Lei já havia sido sancionada e elogiou o Edital da Prefeitura a

respeito, após o qual, como explicou, algumas instituições se apresentaram, sendo que nem todas conseguiram se habilitar. Disse que foi instituída uma Comissão, formada por pessoas ligadas à Capoeira, para contratação de mestres-de-capoeira sem a necessidade de instituições atuando. Salientou se tratar ainda uma ação-piloto, cujo êxito levaria a uma consolidação. Teve a palavra a vereadora Aladilce Souza, que comentou sobre o Panorama Internacional Coisa de Cinema, realizado na Cidade. Elogiou o evento, assim como seus realizadores, Cláudio Marques e Marília Hughes, do Cine Gláuber Rocha. O senhor presidente lembrou o calendário de votações da próxima semana, explicando sobre a seleção de projetos simples de vereadores para serem votados em dia 10 de dezembro. Expressou o desejo de votar o Estatuto da Igualdade Racial. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para a próxima segunda-feira, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO